

## PNAD 93: o retrato do Brasil

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada desde 1967, é a mais abrangente fonte de informações sobre a realidade socioeconômica brasileira. Anualmente, exceto nos anos de Censo Demográfico, são pesquisados os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais. Os dados referentes a 1993 mostram que estavam aumentando a concentração de renda e o trabalho informal. Confirmam o envelhecimento da população brasileira, com a queda nas taxas de fecundidade e mortalidade. Houve melhorias no nível de instrução e no padrão de vida da população, evidenciadas pelo crescimento da parcela de residências que contavam com abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefone e coleta de lixo, além de bens como geladeira, rádio, TV, freezer e máquina de lavar roupa. Os resultados da PNAD 95, cujo trabalho de campo foi realizado entre outubro e dezembro do ano passado, deverão ser divulgados em julho. (Páginas 2 e 3)

**Participe do  
Encontro Nacional  
de Produtores e  
Usuários de  
Informações  
Sociais, Econômicas  
e Territoriais.  
De 27 a 31 de maio,  
no Rio de Janeiro  
Inscrições pelo  
telefone  
(021)537.8633  
fax: (021) 537.8631**

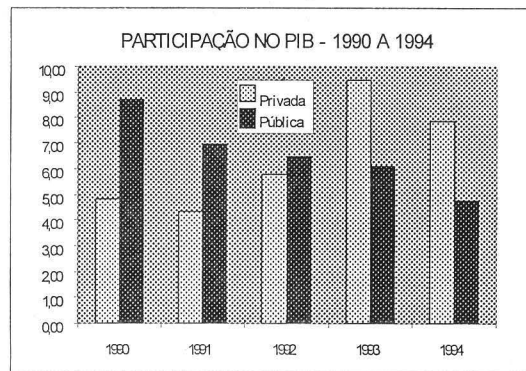
## Auge do setor financeiro ocorreu um ano antes do real

O Departamento de Contas Nacionais entregou à Câmara Técnica do convênio IBGE/ANDIMA, integrada por representantes do setor financeiro e da área acadêmica, os resultados das contas do setor Instituições Financeiras, Públicas e Privadas, por segmento, referente ao ano de 1994. Uma publicação com esses resultados deverá ser editada até julho próximo. Esses

resultados mostram que o Sistema Financeiro Nacional apresenta, em média, uma participação de 13% no PIB, considerando o período de 1990 a 1994.

Ao longo desse período, mudanças expressivas são verificadas em termos da distribuição por controle acionário público e privado. Observa-se clara tendência de expansão da participação das instituições privadas no PIB e decréscimo das instituições públicas. Em 1990, o setor como um todo representava 13,5% do PIB. Destes, 8,7% referiam-se à contribuição das instituições públicas e 4,8% à participação das empresas privadas. Já em

1993, esse comportamento é invertido e a participação das empresas privadas atinge 9,5% do PIB, suplantando as públicas, que apresentam uma contribuição de 4,8%.



Essa inversão, que se mantém em 1994, decorre, de um lado, da deterioração dos resultados operacionais de algumas instituições públicas de grande porte - como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (e

também bancos estaduais para o ano de 1994) - e, de outro, dos resultados favoráveis apresentados pelas instituições privadas.

Em 1993, o valor gerado por esse grupo cresce em termos nominais 3.576%, contra uma inflação de 2.072% (deflator implícito). Ao longo do período considerado, 1993 foi o ano no qual o setor apresenta maior participação. Esse resultado é atribuído à forte aceleração da inflação, que amplia os ganhos com transferências inflacionárias por parte das instituições bancárias, como também, às elevadas taxas de juros observadas no período.

## Aumentam estimativas para o café

Este ano, o café deverá ter uma safra 15,20% maior do que a obtida em 1995, resultado da recuperação dos cafezais mineiros e paulistas, fortemente atingidos pelas geadas de 94. Os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de fevereiro revelam variação positiva em outros cinco produtos, na comparação com a produção do ano passado: batata-inglesa 1ª safra (4,96%), cana-de-açúcar (2,15%), cebola (11,61%), feijão 1ª safra (13,18%) e laranja (4,21%). Com variações negativas aparecem algodão herbáceo (-5,63%), arroz (-12,93%), milho 1ª safra (-15,23%) e soja (-15,06%). As principais causas para a diminuição nas

estimativas de produção do algodão herbáceo (-5,63%) foram as quebras das safras da Bahia e do Ceará. A queda na safra gaúcha - responsável por cerca de 45% do total produzido no País - é o que explica o resultado 12,93% menor do que o volume colhido na safra passada. Já as reduções nas safras do milho (-15,23%) e soja (-15,06%) foram provocadas, basicamente, pelos preços baixos, problemas na obtenção de crédito e pouca chuva. Quanto à produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, a estimativa é de 69,061 milhões de toneladas, ou seja, 12,87% menor do que a do ano passado (79,264 milhões de toneladas).

## Melhorou o nível de instrução no País

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993, divulgada no mês passado, trouxe ao País o mais atualizado retrato socioeconômico da realidade brasileira. Além dos resultados apresentados na Síntese de Indicadores da PNAD 1993, as estatísticas de 1992 e 1993 já estão disponíveis via Internet e em CD-ROM. Para a PNAD 93 foram pesquisados quase 97 mil domicílios distribuídos pelo País, com exceção da área rural da antiga região Norte.

No que diz respeito à estrutura etária da população, os indicadores confirmaram as grandes tendências observadas na década passada, especialmente a acelerada redução dos níveis de fecundidade e de mortalidade. Em consequência disso, vem aumentando a participação de idosos, enquanto a de crianças diminuiu. De 1983 para 1993, o percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade passou de 6,6% para 8,0% e o de crianças caiu de 26,5% para 21,7%. As regiões Sudeste (8,5%) e Nordeste (8,1%) ficaram com as maiores participações de idosos na composição etária da população residente. As razões são diferenciadas: os fatores relacionados ao desenvolvimento econômico, no caso do Sudeste, e a migração em busca de condições de vida menos adversas, no Nordeste. A saída mais intensa de adultos jovens, que deixam seus lugares de origem à procura de melhores oportunidades de trabalho é o que explica esta peculiaridade nordestina.

O fluxo migratório intermunicipal é bastante intenso no País. O movimento de população entre os Estados, mesmo sem a intensidade dos deslocamentos intermunicipais, também é expressivo. Em 93, cerca de 40% das pessoas não moravam



no município em que nasceram e quase 16% não eram naturais da Unidade da Federação de residência. No Centro-Oeste, as pessoas não naturais do município (55,3%) superavam as naturais.

A PNAD encontrou menos crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola: o percentual em 1993 (11,4%) ficou bem abaixo do observado dez anos antes (20,1%). No mesmo período, a taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais passou de 21,5% para 15,7%.

Queda menor do que a registrada, neste indicador, para as crianças de 10 a 14 anos de idade (de 19,4% para 11,4%). As disparidades regionais permanecem nítidas, especialmente o distanciamento do Nordeste em relação às outras regiões. As taxas de analfabetismo verificadas no Nordeste foram as mais altas tanto para as pessoas de 10 anos ou mais (30,9%) quanto para as crianças de 10 a 14 anos (26,7%). O Sul teve os menores percentuais: 8,8% e 2,1%, respectivamente. A redução foi significativa: para a faixa que vai dos 10 aos 14 anos, em 1983, as taxas estavam em 41,5%, no Nordeste, e 6,7%, no Sul. A situação continuou mais desfavorável na área rural, onde 33,1% da população de 10 anos ou mais de idade eram analfabetas. Na área urbana, este percentual cai para 11,1%. Entre as crianças de 10 a 14 anos, segundo a situação do domicílio, a pesquisa apontou uma distância ainda maior. Nesta faixa etária, a taxa da área rural (26,9%) superou em mais de quatro vezes a da área urbana (6,5%). Quanto à distribuição regional, a taxa de analfabetismo rural para as crianças de 10 a 14 anos ficou em apenas 2,8% no Sul, mas alcançou 41,6% no Nordeste.

## A mulher na força de trabalho

Os dados referentes à mulher ajudam a entender as importantes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira. Cada vez aumenta mais a participação feminina no mercado de trabalho. Elas representavam 39,6% de uma população economicamente ativa de quase 71 milhões de pessoas. Em termos da população ocupada de empregados e trabalhadores domésticos, a mão-de-obra feminina participava com 33,4%, em 1983, percentual que passou para 36,7%, em 1990, alcançando 39,0% três anos depois. De 1983 para 1993, o

percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que concluíram pelo menos o 2º grau subiu de 10,5% para 14,4%. Neste intervalo de dez anos, o nível de instrução das mulheres cresceu mais rápido do que o dos homens: a proporção de pessoas com pelo menos o 2º grau concluído passou de 10,4% para 13,6%, na população masculina, e de 10,7% para 15,1%, no contingente feminino. No que se refere à instrução dentro da população ocupada, a diferença entre homens e mulheres foi muito mais acentuada. O percentual de homens ocupados com pelo menos o 2º grau concluído foi de 16,3%,

enquanto o das mulheres chegou aos 23,2%. Apesar de mais instruídas, as mulheres continuaram ganhando muito menos do que os homens - o rendimento médio mensal de trabalho das mulheres representou cerca da metade (50,6%) do recebido pelos homens. A presença feminina à frente das famílias também mostrou aumento sensível. Num País em que o tamanho médio das famílias caiu de 4,2 pessoas para 3,7, de 1983 para 1993, o percentual de famílias cujo responsável era do sexo feminino aumentou de 17,4% para 22,3%, no mesmo período.

## Aumentou o trabalho informal em atividade não agrícola

O número de trabalhadores com carteira assinada em atividade não agrícola caiu de 21,2 milhões, em 1990, para 18,8 milhões, em 1993. Em contrapartida, nestes três anos, aumentou o emprego informal. O número dos outros empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada (pessoas com emprego informal) saltou de 9,7 milhões para 11,6 milhões. Em termos relativos, isto representou 33,5% do total de trabalhadores domésticos e empregados em atividade não agrícola em 1993. Três anos antes, o percentual estava em 28,7%. Por outro lado, cresceu a formalização do emprego em atividade agrícola: de 22,9% para 25,9%, no mesmo período. A PNAD revelou que os trabalhadores domésticos representavam quase 7,0% da população ocupada, sendo que somente 17,2% tinham carteira assinada. Uma novidade apresentada pela pesquisa foi a agregação à população ocupada de duas categorias: trabalhadores na produção para o próprio consumo e

trabalhadores na construção para o próprio uso. A participação destas duas novas categorias chegou a 5,0% da população ocupada e ocasionou efeitos sensíveis em certos indicadores da força de trabalho. Basta ressaltar o que representou a incorporação destas parcelas, antes não captadas pela pesquisa: 17,5% do contingente em atividade agrícola era constituído por trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo, enquanto 3,1% do pessoal ocupado na indústria da construção estava empenhado na construção para o próprio uso. Outra constatação importante se refere ao trabalho infantil (10 a 14 anos de idade). Quase 3,5 milhões de crianças já trabalhavam, em 1993, o que significou 5,2% da população ocupada no País. A maior parte dos menores desta faixa etária (muitas vezes trabalhando sem qualquer remuneração) representavam 11,0% do contingente em atividade agrícola e 3,0% da população em atividade não agrícola.

## Rendimento mais concentrado

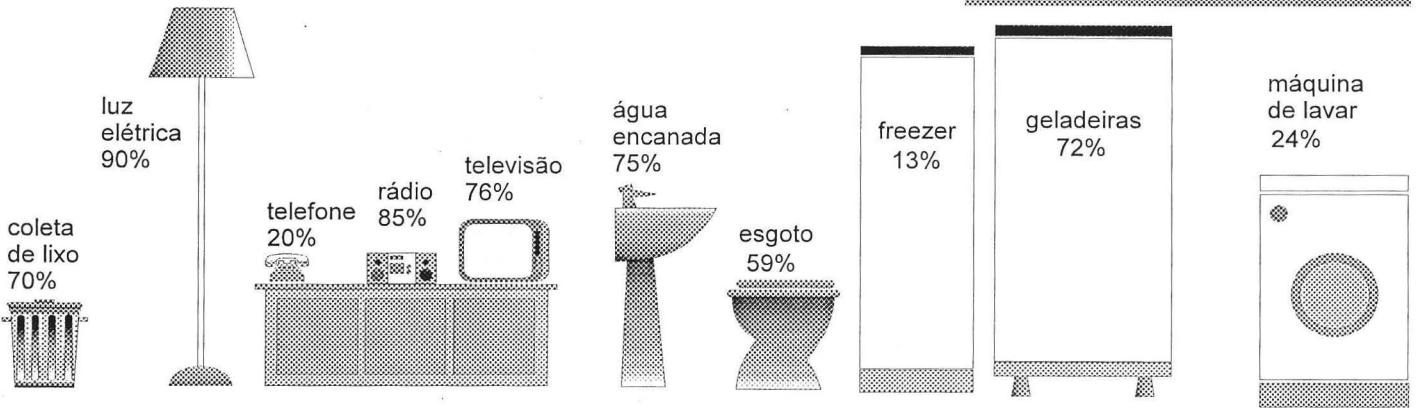
A concentração dos rendimentos, que vinha caindo desde 1990, voltou a apresentar crescimento em 1993. Em 1992, os 10% da população de 10 anos ou mais de idade com as maiores remunerações ficaram com 46,1% do total dos rendimentos (remuneração recebida de trabalho, aposentadoria, pensão, aluguel, juros de caderneta e de outras aplicações financeiras, etc). Em 1993, esta parcela deteve 49,8% dos rendimentos. Para os 10% mais pobres, em igual período, as remunerações recuaram de 0,9% para 0,7%. No Nordeste, a concentração dos rendimentos dos 10% mais ricos foi maior (53,0%), vindo em seguida o resultado do Centro-Oeste (51,9%). Este indicador ficou muito próximo no Sudeste (47,5%) e no Sul (47,7%). Comparando os rendimentos das três categorias - trabalhadores com carteira assinada, militares e estatutários e outros empregados (trabalhadores domésticos e empregados informais) -, verificou-se que o dos militares e estatutários foi o mais alto (4,5 salários mínimos). O rendimento dos trabalhadores com carteira correspondeu a 3,5 salários e o dos trabalhadores domésticos e empregados informais, a 1,4. Cerca de 29,0% dos trabalhadores ganhavam até um salário mínimo, sendo que nesta faixa se encontravam 25,1% da população ocupada masculina e 35,3% da feminina.

## Acesso a bens duráveis e a serviços de saneamento e eletrificação

Prosseguiu a expansão dos serviços essenciais de abastecimento de água, coleta de lixo domiciliar e iluminação elétrica. Também se manteve em ascensão a proporção de domicílios dotados de geladeiras (71,7%), rádio (85,0%) e televisão (75,8%). Entre os bens duráveis pesquisados incluíram-se freezer (12,9%) e máquina de lavar roupa (24,3%). No intervalo de 1983 a 1993, aumentou o percentual de moradias servidas por rede geral de abastecimento de água (de

64,6% para 75,0%), o de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo (de 54,1% para 69,9%) e o de residências com iluminação elétrica (de 77,9% para 90,0%). Em 58,7% das habitações havia esgotamento sanitário adequado, ou seja, a instalação sanitária estava ligada à rede coletora (38,9%) ou à fossa séptica (19,8%). A inclusão do levantamento de residências com telefone revelou a pouca difusão deste serviço, encontrado em apenas 19,8% das moradias.

Serviço/Bem	Porcentagem
Coleta de lixo domiciliar	69,9%
Iluminação elétrica	90,0%
Água encanada	75,0%
Esgoto	59,0%
Freezer	13,0%
Geladeira	72,0%
Máquina de lavar	24,3%
Telefone	20,0%
Rádio	85,0%
Televisão	76,0%

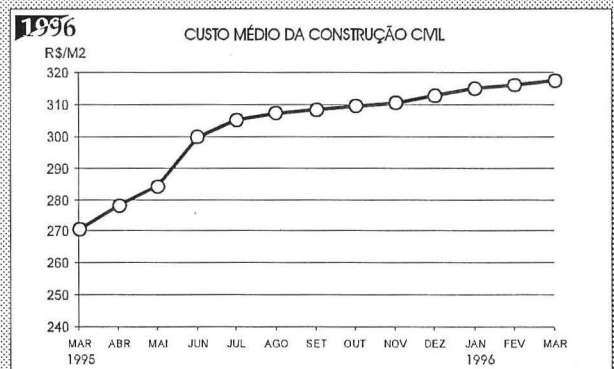
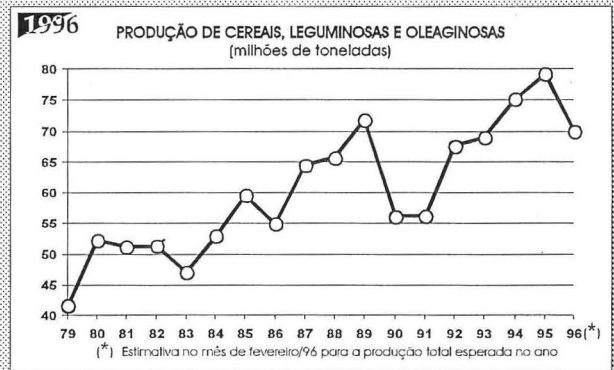
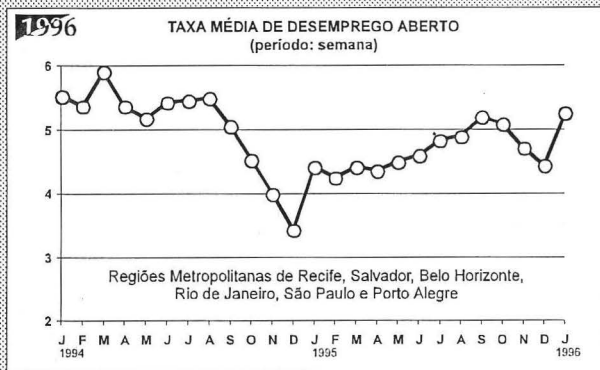


### Emprego industrial só não caiu no Sul

De dezembro de 95 para janeiro deste ano, o nível de emprego na indústria caiu 0,8%, queda que se repetiu pelo nono mês consecutivo. O Sul foi a única região onde o número de postos de trabalho subiu. Ainda assim, o aumento foi de

apenas 0,1%. O emprego teve redução maior no Rio de Janeiro (-1,4%) e menor no Nordeste (-0,1%). São Paulo e Minas Gerais (-1,2%) fecharam com a mesma taxa. Por setores, as maiores quedas verifica-

ram-se em vestuário (-13,7%), extrativa mineral (-7,9%), borracha (-6,3%) e têxtil (-5,4%). Entre os que contrataram mais do que demitiram, destaque para perfumaria, sabões e velas (10,8%) e bebidas (7,3%).



**INDICADORES CONJUNTURAIS**

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (índices trimestrais)</b>				
Total (1980=100)	1995/ IV	133,82 (1)	1,97 (1)	4,20 (1)
Agropecuária (1980=100)	1995/ IV	159,34 (1)	2,13 (1)	5,89 (1)
Indústria (1980=100)	1995/ IV	109,98 (1)	1,70 (1)	1,98 (1)
Serviços (1980=100)	1995/ IV	154,21 (1)	2,13 (1)	5,67 (1)
<b>PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas)</b>				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)	Fev/96(*)	69,061	-	-12,87 (4)
<b>PRODUÇÃO INDUSTRIAL (índices mensais)</b>				
Total (média de 1991=100)	Jan/96	102,06	-0,55 (1)	-8,64
Bens de capital (média de 1991=100)	Jan/96	90,22	-0,40 (1)	-31,65
Bens intermediários (média de 1991=100)	Jan/96	100,88	-1,42 (1)	-8,27
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Jan/96	128,67	0,75 (1)	7,36
Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)	Jan/96	104,64	-0,60 (1)	1,08
<b>COMÉRCIO VAREJISTA (índices mensais) (5)</b>				
Faturamento (jan/95 = 100) (6)	Jan/96	103,0	-23,18	-
Emprego assalariado (jan/95 = 100)	Jan/96	92,2	-1,39	-
Salários e outras remunerações (jan/95 = 100) (6)	Jan/96	108,5	-33,99	-
<b>MERCADO DE TRABALHO</b>				
Taxa média de desemprego aberto (%) (7)	Jan/96	5,26	18,47	19,00
Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8)	Dez/95	129,69	5,21	12,21
Empregados c/ carteira assinada	Dez/95	124,40	7,88	11,05
Empregados s/ carteira assinada	Dez/95	135,37	0,74	7,80
Conta-própria	Dez/95	139,46	1,12	21,22
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)	Jan/96(*)	74,76	-0,80	-10,73
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)	Jan/96(*)	121,38	0,26	10,63
<b>PREÇOS</b>				
Índice de preços ao consumidor - INPC (dez/93=100)	Fev/96	1282,96	0,71	21,64
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA (dez/93=100)	Fev/96	1273,89	1,03	21,99
Índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E	Jan/Fev/Mar(*)	-	3,49 (11)	-
Custo médio da construção civil (R\$/ m²)	Mar/96(*)	317,38	0,49	17,40

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) Pessoal ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (\*) Novo nesta quinzena.